

 **WEB JORNALISMO**

10

• MAIS PB

Famílias da Paraíba poderão fazer videochamadas com parentes presos

<https://www.maispb.com.br/438821/familias-da-pb-poderao-fazer-videochamadas-com-parentes-presos.html>

• PARAÍBA.COM

Famílias da Paraíba poderão fazer videochamadas com parentes presos

<https://paraiba.com.br/2020/01/10/familias-da-paraiba-poderao-fazer-videochamadas-com-parentes-presos/>

• PARLAMENTO PB

Parentes poderão conversar com presos na Paraíba através de videochamadas

<https://parlamentopb.com.br/parentes-poderao-conversar-com-presos-na-paraiba-atraves-de-videochamada>

• PORTAL T5

Familiares de apenados poderão se comunicar por videochamadas na Paraíba

<https://www.portalt5.com.br/noticias/paraiba/2020/1/287437-familiares-de-apanados-poderao-se-comunicar-por-videochamadas-na-paraiba>

• PB AGORA

Famílias poderão fazer videochamadas com parentes presos na PB

<https://www.pbagora.com.br/noticia/paraiba/familias-poderao-fazer-videochamadas-com-parentes-presos-na-pb/>

• PARAÍBA MASTER

Presos da PB poderão conversar com familiares e amigos através de videoconferência

<https://paraibamaster.com.br/index.php/2020/01/10/presos-da-pb-poderao-conversar-com-familiares-e-amigos-atraves-de-videoconferencia/>

11

• PORTAL TSPB

Famílias da Paraíba poderão fazer videochamadas com parentes presos

<http://www.tonyshow.com/?r=site/noticia&id=93499#.XITxeshKj>

13

• PARAÍBA.COM

Justiça lança 2ª edição da campanha 'Meu corpo não é sua folia' contra importunação sexual

<https://paraiba.com.br/2020/01/13/justica-lanca-2a-edicao-da-campanha-meu-corpo-nao-e-sua-fofia-contra-importunacao-sexual/>

14

• TJPB

Implantação do Juiz de Garantias no Estado é debatida em reunião no Tribunal de Justiça da Paraíba

<https://www.tjpb.jus.br/noticia/implantacao-do-juiz-de-garantias-no-estado-e-debatida-em-reuniao-no-tribunal-de-justica-da>

15

• MIGALHAS

TJPB debate a implantação do juiz das garantias

<https://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI318435,91041-TJPB+debate+a+implantacao+do+juiz+das+garantias>

16

• PARAÍBA.COM

Importunação Sexual: TJPB se engaja na segunda edição da Campanha Meu corpo não é sua folia

<https://paraiba.com.br/2020/01/16/importunacao-sexual-tjpb-se-engaja-na-segunda-edicao-da-campanha-meu-corpo-nao-e-sua-fofia/>

• PB AGORA

Presidente do TJPB avisa que vai implantar juízes de garantias no Estado

<https://www.pbagora.com.br/noticia/policial/presidente-do-tjpb-avisa-que-vai-implantar-juizes-de-garantias-no-estado/>

17

• PMJP

Sedes e Movimento Nacional da População de Rua se reúnem para discutir ações

<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/sedes-e-movimento-nacional-da-populacao-de-rua-se-reunem-para-discutir-acoes/>

20

• PORTAL CORREIO

Paraíba cria comissão para erradicar trabalho escravo

<https://portalcorreio.com.br/comissao-erradicar-trabalho-escravo/>

• PARAÍBA.COM

Campanha “Meu corpo não é sua folia” ganha apoio de bloco carnavalesco e hotéis

<https://paraiba.com.br/2020/01/20/campanha-meu-corpo-nao-e-sua-fofia-ganha-apoio-de-bloco-carnavalesco-e-hotéis/>

• PARAÍBA FEMININA

Campanha “Meu corpo NÃO é sua folia” será levada ao bloco Muriçocas do Miramar

<https://www.paraibafeminina.com.br/2020/01/campanha-meu-corpo-nao-e-sua-fofia-sera.html>

• MAIS PB

Espaços de matriz africana serão apresentados

<https://www.maispb.com.br/440947/espacos-de-matriz-africana-serao-apresentados.html>

Muriçocas adere campanha contra assédio no Carnaval

<https://www.maispb.com.br/440984/meu-corpo-nao-e-sua-fofia-campanha-sera-levada-ao-bloco-muricocas-do-miramar.html>

21

• PARAÍBA.COM

Cadastro dos espaços de matriz africana será apresentado nesta terça-feira

<https://paraiba.com.br/2020/01/21/cadastro-dos-espacos-de-matriz-africana-sera-apresentado-nesta-terca-feira/>

• POLÊMICA PARAÍBA

Presidente do TJPB e prefeitos assinam Protocolos de Intenções de cessão de uso de fóruns e casas de juízes

<https://www.polemicaparaiba.com.br/politica/presidente-do-tjpb-e-prefeitos-assinam-protocolos-de-intencoes-de-cessao-de-uso-de-foruns-e-casas-de-juizes/>

Muriçocas adere campanha contra assédio no carnaval

<https://www.polemicaparaiba.com.br/paraiba/muricocas-adere-campanha-contra-assedio-no-carnaval/>

• PORTAL T5

MPPB identifica irregularidades no Trauminha após vistoria

<https://www.portalt5.com.br/noticias/paraiba/2020/1/290980-mppb-identifica-irregularidades-no-trauminha-apos-vistoria>

22

• G1 PB

Defensoria Pública em Campina Grande suspende atendimento após infiltração por chuva

<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2020/01/22/defensoria-publica-em-campina-grande-suspende-atendimento-apos-infiltracao-por-chuva.ghtml>

• SERTÃO DA PARAÍBA

Defensoria Pública em Campina Grande suspende atendimento após infiltração por chuva

<https://www.sertaodaparaiba.com.br/noticia/6185/defensoria-publica-em-campina-grande-suspende-atendimento-apos-infiltracao-por-chuva.html>

• POLÊMICA PARAÍBA

Campanha ‘Meu corpo não é sua folia’ recebe adesão de blocos do Folia de Rua de João Pessoa

<https://www.polemicaparaiba.com.br/paraiba/campanha-meu-corpo-nao-e-sua-fofia-recebe-adesao-de-blocos-do-fofia-de-rua-de-joao-pessoa/>

TJ edita Resolução que atribui aos juízes plantonistas a realização das audiências de custódia

<https://www.polemicaparaiba.com.br/osguedes/tj-edita-resolucao-que-atribui-aos-juizes-plantonistas-a-realizacao-das-audiencias-de-custodia/>

• PARAÍBA ONLINE

Defensoria pública suspende atendimento em Campina Grande em razão da forte chuva

<https://paraibaonline.com.br/2020/01/defensoria-publica-suspende-atendimento-em-campina-grande-em-razao-da-forte-chuva/>

• RW SONORIZAÇÃO

Defensoria Pública em Campina Grande suspende atendimento após infiltração por chuva

<https://rwsonorizacao.com.br/noticia2/46127/defensoria-publica-em-campina-grande-suspende-atendimento-apos-infiltracao-por-chuva>

• PARAÍBA.COM

Chuvas paralisam serviços do Núcleo da Defensoria Pública em CG

<https://paraiba.com.br/2020/01/22/chuvas-paralisam-servicos-do-nucleo-da-defensoria-publica-em-cg/>

• MAIS PB

Chuvvas causam infiltração na Defensoria Pública de CG

<https://www.maispb.com.br/441436/chuvvas-causam-infiltracao-na-defensoria-publica-de-cg-atendimento-esta-suspenso.html>

• BRASIL DE FATO PB

Pesquisa revela a existência de 251 comunidades de terreiro na grande João Pessoa

<https://www.brasildefato.com.br/2020/01/22/pesquisa-revela-a-existencia-de-251-comunidades-de-terreiro-na-grande-joao-pessoa/>

• PORTAL LUCENA INFORMA

Chuvvas causam infiltração na Defensoria Pública de CG; atendimento está suspenso

<https://www.lucenainforma.com/2020/01/chuvvas-causam-infiltracao-na-defensoria.html>

• DIÁRIO DA PARAÍBA

Chuvvas causam infiltração na Defensoria Pública de CG; atendimento está suspenso

<https://diariodapb.com.br/chuvvas-causam-infiltracao-na-defensoria-publica-de-cg-atendimento-esta-suspenso/>

• BLOG DO VAVÁ DA LUZ

Procuradoria Geral do Estado, Defensoria Pública, Prefeitura Municipal de Ingá, proprietários e moradores de desapropriações em torno do parque das Itacoatiaras se reuniram hoje em busca de consenso

<https://blogdovavadaluz.com/destaque/procuradoria-geral-do-estado-defensoria-publica-prefeitura-municipal-de-inga-proprietarios-e-moradores-de-desapropriacoes-em-torno-do-parque-das-itacoatiaras-se-reuniram-hoje-em-busca-de-consenso>

• FALA PARAÍBA

Chuvvas causam infiltração na Defensoria Pública de CG

<https://www.falaparaiba.com/2020/01/chuvvas-causam-infiltracao-na-defensoria.html?spref=tw>

• G1 PARAÍBA

Defensoria Pública em Campina Grande tem atendimento normalizado após infiltração

<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2020/01/23/defensoria-publica-em-campina-grande-tem-atendimento-normalizado-apos-infiltracao.ghtml>

• PARAÍBA.COM

Defensoria Pública de Campina Grande retorna ao trabalho nesta quinta

<https://paraibaonline.com.br/2020/01/defensoria-publica-de-campina-grande-retorna-ao-trabalho-nesta-quinta/>

Após chuvas, atendimento da Defensoria Pública em Campina Grande é normalizado

<https://paraibaonline.com.br/2020/01/apos-chuvvas-atendimento-da-defensoria-publica-em-campina-grande-e-normalizado/>

• PARAÍBA MASTER

Defensoria Pública de Campina Grande tem atendimento normalizado após infiltração

<https://paraibamaster.com.br/index.php/2020/01/23/defensoria-publica-de-campina-grande-tem-atendimento-normalizado-apos-infiltracao/>

• MAIS PB

Audiências de custódia serão ao fim de semana

<https://www.maispb.com.br/442137/audiencias-de-custodia-serao-tambem-aos-finais-de-semana.html>

• JORNAL DA PARAÍBA

Atendimento na Defensoria Pública em CG volta ao normal após danos causados por chuvas

http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/atendimento-na-defensoria-volta-ao-normal-apos-danos-causados-por-chuvvas.html

• PORTAL CORREIO

Grande João Pessoa tem 251 comunidades de terreiros

<https://portalcorreio.com.br/grande-jp-tem-251-terreiros/>

• PARAÍBA.COM

OAB-PB, poder público e sociedade civil debatem intolerância religiosa

<https://paraiba.com.br/2020/01/27/oab-pb-poder-publico-e-sociedade-civil-debatem-intolerancia-religiosa/>

• OAB-PB

OAB-PB, poder público e sociedade civil debatem intolerância religiosa

<https://portal.oabpb.org.br/exibe-noticia.php?codigo=10833>

24

26

27

23

29

• PARAÍBA RADIOBLOG

Deputado federal se compromete com destinação de R\$ 3,3 mi para projeto da Defensoria Pública

<https://www.paraibaradioblog.com/2020/01/29/deputado-federal-se-compromete-com-destinacao-de-r-33-mi-para-projeto-da-defensoria-publica/>

• POLÊMICA PARAÍBA

CAÇADOR IMPIEDOSO: Julian Lemos fecha parceria com Defensoria Pública e declara guerra contra pedófilos e estupradores

<https://www.polemicaparaiba.com.br/politica/cacador-impiedoso-julian-lemos-fecha-parceria-com-defensoria-publica-e-declara-guerra-contra-pedofilos-e-estupradores/>

• PAUTA PB

Julian Lemos compromete-se com destinação de R\$ 3,3 mi para projeto da Defensoria Pública

<http://pautapb.com.br/2020/01/29/julian-lemos-compromete-se-com-destinacao-de-r-33-mi-para-projeto/>

• BASTIDORES DA POLÍTICA PB

CAÇADOR DE PEDÓFILOS: Julian Lemos anuncia R\$ 3,2 milhões no combate a abusos

<https://www.bastidoresdapoliticapb.com.br/cacador-de-pedofilos-julian-lemos-anuncia-r-32-milhoes-no-combate-a-abusos/>

• PAUTA PB

João Pessoa sedia reunião do colegiado nacional de defensores públicos gerais nesta sexta-feira

<http://pautapb.com.br/2019/10/24/joao-pessoa-sedia-reuniao-do-colegiado-nacional-de-defensores-publicos/>

• POLITIKA

Deputado federal Julian Lemos inicia caçada aos pedófilos

<https://www.politika.com.br/deputado-federal-julian-lemos-inicia-cacada-aos-pedofilos/>

• PARLAMENTO PB

“Caçador de pedófilos”: Julian Lemos anuncia R\$ 3,2 milhões no combate a abusos

<https://parlamentopb.com.br/cacador-de-pedofilos-julian-lemos-anuncia-r-32-milhoes-no-combate-a-abusos/>

• PARAÍBA MASTER

Julian Lemos anuncia investimento de R\$ 3,2 milhões no combate ao abuso infantil

<https://paraibamaster.com.br/index.php/2020/01/29/julian-lemos-anuncia-investimento-de-r-32-milhoes-no-combate-ao-abuso-sexual/>

• BLOG DO NINJA

Deputado federal Julian Lemos endurece guerra contra abusadores de crianças: “Quero acabar com essa monstruosidade”

<http://www.blogdoninja.com.br/2020/01/29/deputado-federal-julian-lemos-endurece-guerra-contra-abusadores-de-criancas-quero-acabar-com-essa-monstruosidade/>

• PARAÍBA.COM

30

Campanha “Meu Corpo não é sua folia” será lançada em 5 de fevereiro

<https://paraiba.com.br/2020/01/30/campanha-meu-corpo-nao-e-sua-fofia-sera-lancada-em-5-de-fevereiro/>

Colégio é acusado de homofobia por tirar bolsa de aluno que foi à aula maquiado

<https://paraiba.com.br/2020/01/30/colégio-e-acusado-de-homofobia-por-tirar-bolsa-de-aluno-que-foi-a-aula-maquiado/>

• GOVERNO DA PB

Campanha “Meu corpo não é sua folia” será lançada em 5 de fevereiro

<https://paraiba.pb.gov.br/noticias/campanha-meu-corpo-nao-e-sua-fofia-sera-lancada-em-5-de-fevereiro>

• POLÊMICA PARAÍBA

31

Defensoria Pública busca solução sobre fogos do São João de Campina Grande

<https://www.polemicaparaiba.com.br/cidades/campina-grande/defensoria-publica-busca-solucao-sobre-fogos-do-sao-joao-de-campina-grande/>

Defensoria Pública e Prefeitura de Campina Grande se unem para buscar solução para fogos no São João

<https://www.polemicaparaiba.com.br/cidades/campina-grande/defensoria-publica-e-prefeitura-de-campina-grande-se-unem-para-buscar-solucao-para-fogos-no-sao-joao/>

Campanha ‘Meu corpo não é sua folia’ será lançada em 5 de fevereiro

<https://www.polemicaparaiba.com.br/paraiba/campanha-meu-corpo-nao-e-sua-fofia-sera-lancada-em-5-de-fevereiro/>

• PARAÍBA DEBATE

Defensoria Pública quer fogos de artifício silenciosos no São João de Campina Grande

<http://paraibadebate.com.br/defensoria-publica-quer-fogos-de-artificio-silenciosos-no-sao-joao-de-campina-grande/>

• PARAÍBA ONLINE

Defensoria Pública busca solução sobre fogos do São João de Campina Grande

<https://paraibaonline.com.br/2020/01/defensoria-publica-busca-solucao-sobre-fogos-do-sao-joao-de-campina-grande/>

• BLOG PAUTA PB

Defensoria Pública abre procedimento administrativo para averiguar fogos do São João de Campina Grande

<http://pautapb.com.br/2020/01/31/defensoria-publica-abre-procedimento-administrativo-para-averiguar-fogos/>

• PARAÍBA RADI BLOG

Defensoria Pública vai averiguar fogos do São João de Campina Grande

<https://www.paraibaradioblog.com/2020/01/31/defensoria-publica-vai-averiguar-fogos-do-sao-joao-de-campina-grande/>

TELEVISÃO

21

• TV TAMBAÚ / TAMBAÚ NOTÍCIAS

Ministério Público e Defensoria constata problemas no Ortoplastia

https://www.youtube.com/watch?v=gL3UKJ9ljas&feature=emb_title



TV TAMBAÚ / TAMBAÚ DA GENTE

Ministério Público faz vistoria no Hospital Ortoplastia de Mangabeira

https://www.youtube.com/watch?time_continue=631&v=dpB9uZDLfUc&feature=emb_title



Incra regulariza terras de famílias quilombolas na PB

Cerca de cem famílias da comunidade Caiana dos Crioulos são beneficiadas com desapropriação em Alagoa Grande

José Alves
zavieira2@gmail.com

Fotos: Divulgação/Incra

Cerca de cem famílias quilombolas de Alagoa Grande, no Brejo paraibano, receberam ontem do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária na Paraíba (Incra-PB) o imóvel de 292 hectares onde antes funcionava a Fazenda Sapé, no município. A comunidade foi beneficiada com o terreno após um processo de desapropriação que durou dez anos.

Segundo a antropóloga do Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas do Incra-PB, Maria Ester Fortes, o terreno foi fruto de um longo processo de regularização, mas agora a terra pertence às famílias, e já está sendo utilizada com a cultura de subsistência e a criação de animais.

Ester Fortes revelou que, além dessa posse, o Incra-PB ainda tem outros 30 processos de regularização de territórios, que estão sendo encaminhados em diferentes fases para, em seguida, dar posse a outros remanescentes de comunidades quilombolas existentes no Estado.

A solenidade de imissão na posse do imóvel aconteceu segunda-feira passada, no município de Alagoa Grande, próximo à casa-sede do imóvel, e contou com a presença da secretária nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Sandra Terena, além de representantes do Incra e de lideranças quilombolas.

Localizada no Agreste paraibano, a cerca de 122 quilômetros de João Pessoa, a comunidade Caiana dos Crioulos tem 98 famílias e um território de aproximadamente 646 hectares, que já foi identificado pelo Incra-PB.



A comunidade mantém vivas as tradições herdadas de seus antepassados africanos, preservando traços da cultura e da história do povo. A fazenda Sapé, localizada em Alagoa Grande, onde moram as famílias, estava em processo de desapropriação há dez anos

As famílias que tomaram posse no imóvel vivem principalmente de culturas de subsistência, como feijão, fava, milho, mandioca, inhame, bata-doce, bem como da criação de animais e da fruticultura.

A comunidade ainda mantém bem vivas as tradições herdadas de seus antepassados africanos e preserva vários traços de sua cultura e história. Entre as manifestações culturais da comunidade estão os grupos de coco de roda e de ciranda, que se apresentam em eventos culturais e educacionais na Paraíba e em outros estados brasileiros.

Regularização

A missão de regularizar os territórios quilombolas foi atribuída ao Incra em 2003, com a promulgação do Decreto nº 4.887, que regulamentou o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, de que trata a Constituição Federal em seu Artigo 68.

As comunidades quilombolas são grupos étnicos predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana, que se

autodefinem a partir das relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias. Estima-se que em todo o País existam mais de três mil comunidades quilombolas.

Para terem seus territórios regularizados, as comunidades quilombolas devem encaminhar uma declaração na qual se identificam como comunidade remanescente de quilombo à Fundação Cultural Palmares, que expedirá uma Certidão de Autodefinição para a comunidade em questão, que também deve encami-

nar à Superintendência Regional do Incra uma solicitação formal de abertura dos procedimentos administrativos propondo à regularização.

As lideranças das comunidades quilombolas, através de nota agra-deceram a resistência dos antepassados, bem como ao Incra, ao Ministério Público Federal e a Defensoria Pública da Paraíba que tiveram um papel fundamental nesta desapropriação. Para eles, ainda existe muito preconceito contra os negros, mas cada conquista deve ser comemorada com dignidade e consciência de luta.

Lançamento da campanha Meu corpo não é sua folia acontece hoje na capital

Mais de 50 mil leques e material de divulgação da campanha Meu corpo não é sua folia, segunda edição, serão distribuídos durante as prévias dos blocos pré-carnavalescos em todo o Estado, especialmente durante as prévias (como o Folia de Rua, em João Pessoa), que acontecem entre os dias 13 e 22 de fevereiro, assim como o período do Carnaval, que se encerra na terça-feira, 25 de fevereiro.

A campanha tem como

objetivo informar as mulheres e a população em geral, prevenir e coibir crimes de importunação sexual e violência de gênero durante o Folia de Rua e o Carnaval 2020. O lançamento será nesta quarta-feira (5), às 9h, no auditório do Espaço Cultural, em João Pessoa, e contará com a presença da primeira-dama do Estado, Ana Maria Lins.

A iniciativa é da Rede de Proteção às Mulheres em Situação de Violência na Paraíba

(Reamcav), coordenada pela Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana, e tem como principais realizadores: Delegacia Geral da Polícia Civil, Coordenação das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Secretaria de Segurança e Defesa Social, Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça da Paraíba, Defensoria Pública, Ministé-

rio Público da Paraíba, OAB, Assembleia Legislativa, Prefeitura Municipal de João Pessoa e Câmara Municipal de João Pessoa. Conta ainda com a parceria da rede Nord Hotéis, Bloco Vumbora, Associação Folia de Rua, Muriçocas de Miramar, Muriçoquinhas do Miramar, Bloco Cafuçu, Virgens de Tambaú e outros.

A proposta da campanha é estimular, especialmente as mulheres, a denunciarem as ocorrências à polícia.

TJPB, MP E DEFENSORIA EDITAM ATO CONJUNTO

Definido calendário de feriados

O Tribunal de Justiça da Paraíba, Ministério Público estadual e Defensoria Pública editaram o Ato Conjunto nº 001/2019, estabelecendo calendário de feriados e pontos facultativos para o exercício de 2020, no âmbito das três instituições.

Publicada no Diário da Justiça eletrônico (DJe) do dia 17, o documento lista 10 feriados e oito pontos facultativos. A divulgação antecipada beneficia jurisdicionados e advogados.

FEVEREIRO 2020

| | | |
|---------------------------------|------------------------------|--------------------|
| 19 de Fevereiro (quarta-feira) | 07:00 às 14h | Comarca da Capital |
| 24 de Fevereiro (segunda-feira) | Ponto Facultativo (Carnaval) | Todas as unidades |
| 25 de Fevereiro (terça-feira) | Feriado (Carnaval) | Todas as unidades |
| 26 de Fevereiro (quarta-feira) | 12:00 às 19h (Cinzas) | Todas as unidades |

ABRIL 2020

| | | |
|----------------------------|----------------------------------|-------------------|
| 08 de Abril (quarta-feira) | 07:00 às 14h (Semana Santa) | Todas as unidades |
| 09 de Abril (quinta-feira) | Ponto Facultativo (Semana Santa) | Todas as unidades |
| 10 de Abril (sexta-feira) | Feriado (Paixão de Cristo) | Todas as unidades |
| 21 de Abril (terça-feira) | Feriado (Tiradentes) | Todas as unidades |

MAIO DE 2020

| | | |
|--------------------------|---|---------------------------|
| 01 de Maio (sexta-feira) | Feriado (Dia do Trabalhador) | Todas as unidades |
| 19 de Maio (terça-feira) | Ponto Facultativo unicamente para a Defensoria Pública (Dia Nacional da Defensoria Pública) | Apenas Defensoria Pública |

1. Conforme Lei nº 10.448/2002

JUNHO DE 2020

| | | |
|-----------------------------|------------------------------|-------------------|
| 22 de Junho (segunda-feira) | Ponto facultativo | Todas as unidades |
| 23 de Junho (terça-feira) | Ponto Facultativo (São João) | Todas as unidades |
| 24 de Junho (quarta-feira) | Ponto facultativo (São João) | Todas as unidades |

2. Em virtude da transferência do Ponto Facultativo de Corpus Christi (11/06/2020).

AGOSTO DE 2020

| | | |
|------------------------------|-------------------------------|-------------------|
| 05 de Agosto (quarta-feira) | Feriado (Fundação da Paraíba) | Todas as unidades |
| 10 de agosto (segunda-feira) | Ponto Facultativo | Todas as unidades |

3. Em virtude da transferência do Ponto Facultativo do Dia Fundação dos Cursos Jurídicos (11/08/2020).

SETEMBRO DE 2020

| | | |
|--------------------------------|-----------------------------------|-------------------|
| 07 de Setembro (segunda-feira) | Feriado (Independência do Brasil) | Todas as unidades |
|--------------------------------|-----------------------------------|-------------------|

OUTUBRO DE 2020

| | | |
|-------------------------------|--------------------------------------|-------------------|
| 12 de Outubro (segunda-feira) | Feriado (Nossa Senhora da Aparecida) | Todas as unidades |
|-------------------------------|--------------------------------------|-------------------|

| | | |
|-----------------------------|-------------------|-------------------|
| 30 de Outubro (sexta-feira) | Ponto facultativo | Todas as unidades |
|-----------------------------|-------------------|-------------------|

4. Em virtude da transferência do Ponto Facultativo do Dia do Servidor Público (28/10/2020).

NOVEMBRO DE 2020

| | | |
|--------------------------------|--------------------------|-------------------|
| 02 de Novembro (segunda-feira) | Feriado (Dia de Finados) | Todas as unidades |
|--------------------------------|--------------------------|-------------------|

DEZEMBRO DE 2020

| | | |
|--------------------------------|---|---------------------------|
| 08 de Dezembro (terça-feira) | Feriado (Dia da Justiça) | Todas as unidades |
| 14 de Dezembro (segunda-feira) | Feriado unicamente para o Ministério Público (Dia Nacional do Ministério Público) | Apenas Ministério Público |

Visita Virtual

Um convênio celebrado pela **Defensoria Pública** do Estado da Paraíba (DPE-PB) com o Departamento Penitenciário Nacional (Depen), vai garantir a implantação de dois projetos dentro do sistema prisional paraibano: Visita Virtual e Acesso Efetivo à Dignidade e à Justiça (Porta de Entrada), nos quais serão investidos R\$ 1,5 milhão..

A expectativa da DPE-PB é que no segundo semestre deste ano os projetos estejam em execução. Por meio do projeto Visita Virtual, os presos em todos os presídios estaduais e algumas cadeias públicas da Paraíba poderão conversar com familiares e amigos através de videoconferência.

A defensora pública Aline Sales explica que muitas vezes, mesmo morando no mesmo Estado, famílias de reeducandos não têm condições econômicas para percorrer longas distâncias e visitar parentes presos em outras cidades. Assim, a ferramenta beneficia os privados de liberdade e suas famílias, fortalecendo os vínculos afetivos.

“Meu corpo não é sua folia”

Campanha será lançada dia 5 de fevereiro na PBTur

O segundo ano da Campanha 'Meu corpo não é sua folia', que utiliza o período dos festejos de carnaval para conscientizar a população paraibana acerca dos crimes de importunação sexual (Lei nº 13.718/18), foi tema de reunião realizada na manhã de ontem (13), no Ministério Público Estadual. A coordenadora da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça da Paraíba, juíza Graziela Queiroga, participou do encontro de trabalho, que definiu, dentre outras ações, o lançamento da campanha para o dia 5 de fevereiro, na sede da PBTur, às 9h.

Além disso, ficou definida a participação da Rede de Atenção à Mulher na Festa da Luz, em Guarabira, no dia 29 de janeiro. Outras reuniões junto a potenciais parceiros da campanha serão realizadas nos próximos dias 17 e 20 de janeiro, respectivamente, com a Rede Nord e órgãos do movimento carnavalesco de João Pessoa. Também participaram da reunião representantes dos órgãos que integram a Rede Estadual de Atenção às Mulheres Vítimas de Violência da Paraíba (Reamcav), tais como o Ministério Público Estadual, a Patrulha Maria da Penha,

Defensoria Pública, Polícia Civil, Secretaria de Estado da Mulher e Diversidade Humana e Prefeitura de João Pessoa, além da deputada estadual Camila Toscano.

Prévias carnavalescas

De acordo com a juíza Graziela Queiroga, a campanha foca o período das prévias carnavalescas, em João Pessoa, e do carnaval em todo o Estado. “A lei completou um ano em setembro do ano passado e precisa ser massificada. As pessoas precisam conhecer melhor e o período de carnaval é bom para trabalhar o tema da importunação sexual e mos-

trar que a mulher precisa ter o seu desejo respeitado”, destacou.

Segunda edição

O procurador de justiça e coordenador do Núcleo Estadual de Gênero no âmbito do MPPB, Valberto Lira, frisou que a expectativa é que a segunda edição da iniciativa seja tão bem-sucedida quanto a primeira. “Os órgãos parceiros adotaram a campanha com participação efetiva e tivemos a colaboração dos grandes blocos do Estado. Esperamos que a parceria se repita neste ano. Um dos objetivos da ação é, também, divulgar os canais

competentes para a denúncia caso a mulher seja importunada”, frisou.

Rede de proteção

A coordenadora das Delegacias da Mulher da Paraíba, delegada Maysa Félix, salientou que a continuação da campanha mostra que a Rede de Proteção à Mulher funciona no Estado. “No período de Momo, verificamos que muitas vezes o indivíduo não respeita o corpo da parceira. Porém, com a divulgação da iniciativa do ‘Meu corpo não é sua folia’ nos meios de comunicação, fortalecemos a campanha e a sociedade consegue se

conscientizar acerca desse tipo de crime”, afirmou.

Por sua vez, a gerente executiva de Gênero da Secretaria de Estado da Mulher e Diversidade Humana, Joyce Borges, explicou que a campanha foi pensada principalmente pela necessidade de informar às mulheres sobre os seus direitos. “Sabemos que, infelizmente, no Carnaval, existe uma cultura patriarcal que acredita que o corpo da mulher está disponível. Com isso, passamos a mensagem às mulheres paraibanas de que não existe a disponibilidade do seu corpo e que elas não devem ser importunadas. Quando ela diz não, é não”, enfatizou.

TJPB prevê dificuldades, mas implantará “juiz de garantias”

Prazo foi prorrogado ontem pelo presidente do STF, Dias Toffoli, e tribunal deve aplicar a medida na Paraíba a partir de julho

Ademilson José
ademilson2019.jose@gmail.com

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, prorrogou ontem por 180 dias o prazo para a implantação do juiz de garantias. Com a decisão do ministro dessa quarta-feira (15), o juiz das garantias deverá entrar em vigor só a partir de julho.

O Tribunal de Justiça do Estado já analisou todos os impactos da lei, chegou à conclusão de que enfrentará algumas dificuldades, mas que vai implantar a lei do juiz de garantias, sancionada há poucos dias pelo presidente Jair Bolsonaro, a partir da nova data.

“Se é lei, tem que ser cumprida”, afirmou o presidente do tribunal, desembargador Márcio Murilo, ao salientar que, na Paraíba, a tendência é partir para a criação de varas regionais que atenda esse novo tipo de magistrado.

Ontem pela manhã, depois de mais uma reunião com assessores e alguns magistrados, ele deu início aos encaminhamentos para cumprimento da decisão, cujos detalhes já haviam sido temas de discussão em ampla reunião que contou com participação do corregedor-geral de Justiça, desembargador Romero Marcelo da Fonseca, do presidente da Associação dos Magistrados da Paraíba, juiz Max Nunes e de representantes do Ministério e da Defensoria Pública.

“Sabemos que haverá um custo elevado para o tribunal, mas vamos instituir o juiz de garantias em todas as unidades judiciárias. Já estamos repensando as estatísticas e logísticas das Varas Criminais da Paraíba, mas estamos avançando, ao lado de todo o elenco que atua em nosso sistema de Justiça”, adiantou o presidente do tribunal.

Implementação

Ele revelou que a ideia mais equilibrada foi a de regionalizar os juízes de garantia e plantões em todas as circunscrições, para tornar viável essa implementação.

É esta a legislação que trata a respeito do juiz de garantias. Até o fim do prazo, mais de 90 sugestões foram enviadas ao grupo de trabalho instituído pelo conselho para estudar a aplicação da nova lei.

Márcio Murilo disse, ainda, que é praticamente impossível dentro de tão poucos dias efetivar o sistema. “Isso requer mudanças legislativa, estrutural e resoluções do tribunal, o que demanda meses para a efetivação da lei. A ampliação do prazo por parte do Supremo Tribunal Federal, é bem-vinda caso contrário, teríamos grandes dificuldades”, acrescentou.



Foto: Divulgação

“Se é lei, tem que ser cumprida”, assegurou o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Márcio Murilo

Ideia é regionalizar os juízes

Segundo o corregedor-geral, desembargador Romero Marcelo, esta reunião preliminar teve como objetivo fazer um levantamento dos dados das unidades judiciárias criminais do tribunal. “Será um trabalho árduo, levando em consideração que pode acontecer, também, impedimentos de magistrados que venham a exercer o papel do juiz de garantias. A ideia é regionalizar esse juízes, com implantação de varas específicas para esse trabalho”, comentou.

O desembargador frisou que tudo vai depender de estudos da Corregedoria, junto com a presidência do tribunal, para que possam traçar as estratégias necessárias sobre o tema. “Vamos trabalhar com afinco, para resolvermos essa questão”, garantiu.

Sugestões ao TJPB

O presidente da Associação dos Magistrados, Max Nunes, disse por sua vez que também pretende contribuir e que vai encaminhar sugestões à presidência do tribunal. “Nossa maior crítica, nesse momento, está relacionada ao tempo de implementação da lei. O prazo anterior era insuficiente, para que o Judiciário estadual tivesse condição de estruturar, em todas as unidades, o funcionamento do instituto”, pontou o juiz Max Nunes.

Legislação audaciosa

O segundo subprocurador-geral do Ministério Público do Estado da Paraíba, Álvaro Gadelha, acha que a parceria com o Tribunal de Justiça, em todas as frentes, sempre foi forte e continuará sendo, com a chegada dessa legislação audaciosa.

“É importante essa transparência e abertura que o presidente do tribunal tem proporcionado a todos que operam com o Direito e com a Segurança Pública. O

Ministério Público se incorpora. Nós estamos trabalhando no sentido de, também, regionalizar nossas ações. Tudo que veio para fiscalizar tem o apoio ministerial”, comentou.

Defensoria alerta

O defensor público-geral do Estado, Ricardo Barros, parabenizou o presidente pela iniciativa da reunião para acompanhar a efetivação do juiz de garantias. “As tratativas ainda são preliminares e não foi elaborado nenhum texto. Como é uma imposição legal, temos que cumprir o estabelecido e, certamente, vamos chegar a um denominador comum. A implantação do instituto tem que ser feita com muito cuidado, para que a legislação seja atendida em sua totalidade”, afirmou.

Além deles, também participaram da reunião os juízes auxiliares da presidência, Rodrigo Marques, Gustavo Procópio e Meales Melo; os juízes-corregedores, Marcos Salles e Antônio Silveira; o diretor do fórum da Comarca de Campina Grande, Gustavo Tavares Lyra; os juízes Philippe Vilar e Jeremias de Cássio Carneiro de Melo; a juíza da Comarca de Píripituba, Brunna Melgaço Alves; o juiz da Comarca de Cajazeiras, Ricardo Henrique Pereira Amorim; e o juiz da Comarca de Monteiro, Rodrigo Augusto Gomes Brito Vital da Costa.

O MPPB

Pelo lado do MP, o promotor-corregedor do Ministério Público, Clístenes Holanda; o presidente da Associação Paraibana do Ministério Público, promotor de Justiça Márcio Gondim; o secretário-geral do Ministério Público da Paraíba, promotor Rodrigo Nóbrega; o também promotor de Justiça Lúcio Cavalcante; e o coordenador dos Direitos Humanos da Defensoria Pública, Manfredo Estevam.

“Vamos trabalhar com afinco para resolvermos essa questão”

REMIÇÃO DE PENA

Música e leitura ajudam apenados

Além da redução do tempo de encarceramento, os projetos de remição da pena desenvolvidos em estabelecimentos prisionais da Paraíba, voltados para a música e leitura, têm ajudado a ressocializar apenado por meio da arte. Em 2019, pelo menos 10 projetos nessa área foram promovidos por magistrados paraibanos, tendo beneficiado 262 reeducandos.

Uma das iniciativas foi implantada na Cadeia Pública de Piancó. O projeto de música atende a 12 apenados e, o de leitura, conta com 10 participantes. De acordo com o juiz Pedro Davi Alves de Vasconcelos, responsável pelo pro-

jeto de música, os apenados aprendem instrumentos como violão, cajón, zabumba e triângulo, ou optam por aulas de canto e participam do coral. Já o projeto de leitura conta com um acervo de 25 livros e foi instituído pelo juiz Ramonilson Alves Gomes, que agora atua na Comarca de Patos.

Em Patos, o Projeto 'Abrindo a Mente para a Liberdade', idealizado pela Defensoria Pública do Estado, com apoio do TJPB, começou a funcionar no ano passado. A ação objetiva a remição da pena pela leitura de folhetos de cordel e beneficia 19 apenados, que têm um prazo de 21 a 30 dias para fazer

a leitura e, em seguida, apresentar a uma banca de avaliação uma resenha crítica sobre o material lido.

Desde setembro de 2017, funciona na Cadeia Pública de Princesa Isabel o Projeto de Remição da Pena pela Leitura, que atende a 37 reeducandos. A medida foi implantada pelo Poder Judiciário local e conta com a parceria do Campus do IFPB e da Prefeitura. Para o responsável pela iniciativa, juiz Pedro Davi, o projeto consegue ir além do benefício de diminuir os dias da condenação.

"Muitos dos apenados adquirem o hábito da leitura por

causa do projeto e continuam a ler mesmo depois da progressão. Além disso, alguns dos presos que deixaram a prisão têm retornado à cadeia para continuar lendo. Isso é evidência de que estão realmente interessados no conteúdo da leitura e não apenas em diminuir a pena", avaliou.

Por meio da ONG Ide Projetos Sociais, apenados da Cadeia Pública de Soledade têm chances de ressocialização. Além de aulas da Educação de Jovens e Adultos (EJA), dentro do Projeto 'Uma nova página', 21 reeducandos têm aulas de violão, como forma de diminuir a pena a ser cumprida.

Presidente do TJ e prefeitos assinam protocolos de cessão de uso de fóruns

Ontem pela manhã, o presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba, desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos, e os prefeitos das comarcas desinstaladas de Araçagi, Pilões, Brejo do Cruz e Barra de Santa Rosa assinaram Protocolos de Intenções, visando a cessão de uso dos prédios sedes dos fóruns e casas de juízes. Presentes na ocasião o presidente da Comissão de Destinação de Imóveis do TJPB, desembargador João Benedito da Silva, o juiz-auxiliar da presidência, juiz Gustavo Procópio, além do defensor público-geral do Estado, Ricardo Barros.

Segundo João Benedito da Silva, a presidência do tribunal tem dado sequência a um trabalho de assinatura de Protocolos de Intenções. Estes só terão validade depois que o Pleno do Tribunal de Justiça homologar: "O passo inicial é que se faça

cessão dos imóveis, onde houve a desinstalação de comarcas, para que os prédios continuem tendo uma destinação social. As prefeituras se comprometeram a implementar uma destinação social, inclusive com uma sala que será usada pela Defensoria Pública", comentou.

O defensor público-geral disse que essa é mais uma excelente iniciativa do TJPB. "A ideia é manter a sala de atendimento da Defensoria Pública em cada um desses fóruns, para justamente facilitar o acesso da população à Justiça, evitando, assim, o deslocamento dos usuários", afirmou Ricardo Barros.

/// O passo inicial é que se faça cessão dos imóveis, onde houve a desinstalação de comarcas, para que os prédios continuem tendo uma destinação social ///

A prefeita de Pilões informou que o prédio onde antes funcionava o fórum da cidade pode ser a sede da nova Prefeitura Municipal. "Vamos nos

reunir com os vereadores e assessores para que possamos definir se haverá transferência da Prefeitura ou do Centro Administrativo. Quero agradecer ao presidente do tribunal por essa grande iniciativa", disse.

De acordo com o prefeito de Barra de Santa Rosa, Neto Nepomuceno, com a cessão de uso do prédio do antigo fórum, a Prefeitura Municipal vai economizar três aluguéis, que totalizam mais de R\$ 2.000,00. "Vamos ter uma economia real

em nossos cofres públicos. Por outro lado, vamos trabalhar com teatro voltado às crianças vulneráveis e o espaço destinado a esse projeto será a sala do Tribunal do Júri. Vamos ter mais estrutura para Educação, Assistência Social e Cultura do nosso Município", comemorou o gestor.

Já o prefeito de Araçagi, Murilo Nunes, revelou que no antigo fórum vai funcionar a Unidade Mista de Saúde do Município. "Nosso atendimento será por demanda espontânea. No prédio cedido pelo Tribunal de Justiça funcionarão três Postos de Saúde da Família (PSFs)", pontuou.

O prefeito de Brejo do Cruz, Francisco Dutra, falou que a Secretaria Municipal de Saúde será transferida para o espaço do fórum. "Espero que dentro de 30 dias a população já esteja sendo atendida na nova sede", frisou.

Espaços de matriz africana são cadastrados na Paraíba

Dados serão apresentados hoje, Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, na sede da OAB-PB

O cadastramento dos espaços de matriz africana e comunidades de terreiros da Região Metropolitana de João Pessoa, resultante de uma parceria entre a Casa de Cultura Ilê Axé D'Osoguiã e o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana (Semdh), será apresentado hoje, às 8h, na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PB), em João Pessoa, pelo Instituto de Planejamento, Pesquisa, Comunicação, Estudos Sociais e Tecnológicos (IPPECET).

O projeto do cadastro foi realizado pela Casa de Cultura Ilê Axé D'Osoguiã em parceria com a Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana (Semdh), que fez o monitoramento do processo, por meio de um edital do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

A apresentação dos dados será durante o II Seminário de Políticas Públicas de Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e de Terreiros, no Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, data de alertar sobre o problema da intolerância gerado pelo desrespeito às diversas crenças existentes no mundo. A secretária da Mulher e da Diversidade Humana, Lídia Moura, participará do evento, que contará com outros representantes como a Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir).

De acordo com dados da Defensoria Pública do Estado e da Delegacia Especializada de Repressão aos Crimes Homofóbicos, Étnicos Raciais e Delitos de Intolerância Religiosa (Dechradi), de 2018 a 2019, foram registradas 295 denúncias de intolerância religiosa.

"A data é um marco pela luta ao respeito da diversidade religiosa, pois, além de alertar para a discriminação no âmbito religioso, propõe

a igualdade para professar as diferentes religiões. O cadastro é um importante passo para gerar números reais dos espaços de matriz africana e será um instrumento que servirá de base para propor políticas públicas", afirma a secretária Lídia Moura. Ela lembra que o preconceito e a intolerância religiosa são considerados crimes no Brasil, passíveis de punição prevista no Código Penal.

Fórum

À tarde, às 17h, o Fórum de Diversidade Religiosa da Paraíba promove o evento Direitos Humanos e Espiritualidade em parceria com a Defensoria Pública do Estado, também na sede da OAB-PB. O encontro terá como tema Pactos de Construção para uma Cultura de Paz. A equipe da Semdh também estará presente no encontro.

A data

A data do 21 de janeiro foi oficializada em 2007, através da Lei n.º 11.635, de 27 de dezembro, e a sua escolha feita em homenagem à Mãe Gilda, do terreiro Ilê Axé Abassá de Ogum, localizado em Salvador. Esse foi o dia em que ela, vítima do crime de intolerância religiosa, faleceu com um infarto no ano 2000. Seu terreiro foi acusado de charlatanismo por adeptos de outra religião. Mãe Gilda tornou-se um símbolo do combate a esse tipo de intolerância, especialmente pelo fato de simbolizar religiões de matriz africana.

O Fórum de Diversidade Religiosa da Paraíba, em parceria com a Defensoria Pública do Estado, realiza fórum às 17h, na OAB

Férias: PM leva arte e lazer à população

A Polícia Militar, por meio da Unidade de Polícia Solidária (UPS) do Mário Andrezza, em Bayeux, vem desenvolvendo um calendário de atividades lúdicas e de visitas para moradores de comunidades carentes, nas férias deste mês de janeiro. Arte, cultura e lazer fazem parte do projeto, que tem à frente os próprios policiais que atuam na região.

Ontem, foi a vez de mais de 60 moradores atendidos pelo projeto visitarem a Usina Cultural Energisa. A semana ainda tem na programação atividades físicas e passeios para áreas aquáticas.

O projeto vai até o fim do mês, quando começam as oficinas na UPS. A Unidade de Polícia Solidária atende os moradores com aulas de violão, teclado, coral, leitu-

ra, desenho artístico, teatro, curso pré-Enem e treinamento funcional.

A novidade deste ano é a abertura de oficinas de percussão e flauta doce. Tudo é totalmente gratuito, tendo como foco principal as crianças, que precisam comprovar que estão frequentando a escola.

Reflexos

Na área de atuação da Unidade de Polícia Solidária do Mário Andrezza, houve uma queda acumulada de mais de 80% dos Crimes Violentos Letais Intencionais. No espaço, os policiais militares realizam também mediações de conflitos entre moradores e estimulam a prática da boa convivência, através de reuniões e outras técnicas de policiamento comunitário.

Cura do câncer

Grupo de investigadores, do País de Gales, encontrou um novo tipo de "Célula T" que poderá atacar e destruir a maioria dos tipos de câncer. **Página 8**



Foto: Fábio Pozzoboni/EBC

João Pessoa, Paraíba - QUARTA-FEIRA, 22 de janeiro de 2020

| A UNIÃO 5

Espaços de matriz africana são cadastrados em sistema

Identificação vai facilitar criação de políticas públicas voltadas para fortalecimento de religiões e comunidades

Sara Gomes
sara.gomesilva@gmail.com

O sistema de cadastramento socioeconômico e cultural de espaços religiosos de matriz africana e comunidades de terreiros já cadastrou 251 locais na Região Metropolitana de João Pessoa. Esta iniciativa foi criada pela Casa de Cultura Ilê Asé Osoguiá, em parceria com a Secretaria de Estado da Mulher e Diversidade Humana (Sedmh) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com o intuito de promover políticas públicas mais específicas. O sistema de cadastramento foi lançado ontem (21), em alusão ao Dia de Combate à Intolerância Religiosa, na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PB), em João Pessoa.

As cidades que integram o cadastramento são Alhandra, Santa Rita, Bayeux, João Pessoa, Conde e Cabedelo. Os espaços de matriz africana e comunidades que ainda não estão cadastrados na plataforma podem fazer o autocadastro através do link: caderreiros.cciao.org.

De acordo com Renato Bonfim Júnior, desenvolvedor do sistema da Casa de Cultura, o primeiro mapeamento foi feito em 2012, na cidade de João Pessoa, com um formulário impresso. O cadastramento atual desenvolveu um aplicativo e seis recenseadores foram a campo na Região Metropolitana de João Pessoa, e preencheram as informações nos



Foto: Isadora Lira/SEMDFH

O sistema de cadastramento foi lançado ontem em alusão ao Dia de Combate à Intolerância Religiosa e já contabilizou 251 locais na Região Metropolitana de João Pessoa

tablets. "Este formulário foi montado a partir de um plano nacional de matrizes africanas. Criamos um sistema web para permitir que o pesquisador fizesse a entrevista com o pai de santo através do dispositivo móvel", explicou.

Segundo os dados da Defensoria Pública do Estado e da Delegacia Especializada de Repressão aos Crimes Homofóbicos, Étnicos Raciais e Delitos de Intolerância Religiosa (Dechradi), de 2018 a 2019, foram registrados 295 denúncias de intolerância religiosa.

A secretária da Mulher e Diversidade Humana, Lídia Maria, enfatiza a importância de promover políticas públicas e menciona algumas ações da Sedmh por meio da Gerência de Promoção e Igualdade Racial. "A Sedmh tem sido muito atuante. A gerência criou um guia de orientação para denúncias de racismo e intolerância religiosa, foi a partir daí que criamos a delegacia especializada para tratar estes casos. Promovemos também capacitações para os delegados e policiais para

ajudar na identificação dos casos de intolerância. Recentemente, o governador João Azevêdo anunciou a criação do Centro de Referência de Combate ao Racismo e Intolerância Religiosa, no último dia 6 de janeiro, como prioridade do governo", elencou.

O pesquisador do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) da UFPB e coordenador do projeto de cadastramento, Danilo Santos, explicou que este mapeamento oferece possibilidades de pensar políticas públicas

e, menciona alguns resultados da pesquisa. "Um estudo como esse, tem o propósito de construir um panorama econômico e cultural desta parcela da população que, muitas vezes, é invisibilizada. Um resultado significativo neste estudo foi o crescimento no número de terreiros, principalmente na década de 2000, mesmo sendo um período que predomina a influência do neopentecostalismo. Mapeamos um grande número de casas que cultuam o Candomblé, Jurema e Umbanda", avaliou.

Na ocasião, Ekedji Tânia Correia contextualizou que a história das religiões de matrizes africanas são marcadas por resistência, intolerância religiosa, defesa de direitos, reafirmando o protagonismo na construção de identidade e representatividade social. "A intolerância religiosa tem matado homens, mulheres, jovens e as religiões de matrizes africanas estão se sentindo acuada, mas continuamos enquanto instrumentos de resistência, reafirmando nossa luta", enfatizou.

Audiências de custódia serão realizadas nos finais de semana

Uma nova sistemática para operacionalizar as audiências de custódia no Estado foi estabelecida, após mais de dez horas de reunião realizada no Tribunal de Justiça da Paraíba. Agora, de segunda a sexta-feira, o procedimento será realizado pelo juiz de cada comarca e quando, por motivo idôneo, este não puder realizá-la, ficará a cargo do juiz plantonista sorteado previamente. Nos finais de semana e feriados, o magistrado plantonista da região também será o responsável pelas custódias.

A decisão foi fruto de um intenso debate realizado por membros do Judiciário estadual, Corregedoria-Geral de Justiça, Associação

dos Magistrados da Paraíba (AMPB), Ministério Público, Defensoria Pública, Secretaria de Estado de Segurança e Defesa Social, Comando-Geral da Polícia Militar e delegados, diante da decisão cautelar proferida pelo ministro Luiz Fux, especialmente no tocante ao Juiz de Garantias e às consequências pela não realização das audiências de custódia.

“Nos reunimos para acordar uma sistemática, após a liminar de Luis Fux para adequar a situação jurídica à determinação de realização das custódias, em até 24 horas, após a comunicação do flagrante, que foram mantidas como obrigatórias. Este documento será encami-

nhado por resolução ao Pleno para homologação”, disse o presidente do TJPB, desembargador Márcio Murilo.

Já o secretário de Segurança Pública e Defesa Social, Jean Francisco Bezerra Nunes, externou a necessidade do enfrentamento em conjunto das mudanças procedimentais. “Esse diálogo foi muito profícuo e o nosso principal desafio é estrutural, mais especificamente, em relação ao número de efetivos e aos deslocamentos. Com a compreensão de todos os órgãos, chegamos a um bom termo e iniciaremos este trabalho, amadurecendo-o aos poucos e melhorando as condições para todas as instituições”, enfatizou.

Avançando. O deputado federal Julian Lemos se comprometeu com a destinação de R\$ 3,3 milhões de emenda parlamentar para a Defensoria Pública do Estado da Paraíba. A verba viabilizará a execução do projeto “Criança e adolescente: futuro do Brasil”, elaborado pela Comissão de Projetos da DPE. O compromisso foi firmado durante reunião com o defensor público-geral da Paraíba, Ricardo Barros, e a equipe de elaboração do projeto.

